

ONLINE E DESPROTEGIDAS

A invisibilidade da violência virtual

Expostas Revitimizadas Perseguidas Feridas Redes de apoio

EXPOSTAS

A jornalista **Rose Leonel** trabalhava como apresentadora de um jornal em Maringá (PR) quando, em 2005, o seu ex-novo enviou e-mails com fotos dela nua para amigos, familiares e colegas da empresa. A vingança pelo rompimento do relacionamento de quatro anos não se limitou a isso: ele queria lesar a sua integridade moral ainda mais, então fez montagens pornográficas, publicadas em sites nacionais e internacionais, além de distribuídas em CDs pela cidade. Os ataques refletiram na demissão da jornalista e, mesmo depois do agressor ter sido processado judicialmente, ele continuou a difamá-la.

Após cerca de cinco anos de perseguição, o empresário **Eduardo Gonçalves da Silva** foi condenado à prisão por injúria e difamação, com pena de 1 ano, 11 meses e 20 dias de semi-reclusão, porém, conseguiu convertê-la em multa e prestação de serviço. Apesar da flexibilização da pena, Rose foi uma das primeiras mulheres a conseguir responsabilizar o culpado na Justiça por ferir a imagem dela dentro e fora da internet, e ajudou a alterar a legislação para que fosse possível tipificar o crime. Contudo, a criminalização não foi o suficiente para evitar que sua história se repetisse. Na verdade, o número de 'Roses' cresceu de maneira exorbitante.

O modo de agir usado por Eduardo e por tantos outros para humilhar publicamente companheiras ou ex-companheiras se tornou tão comum mundialmente que ficou conhecido como **"revengeporn"**, que significa pornografia de vingança traduzido do inglês. Esse crime consiste na propagação de fotos, vídeos, áudio e até montagens de conteúdo sexual, como é o caso de Rose, que tem imagens replicadas até hoje.

A psicóloga Bianca Orrico, que atua na Organização Não Governamental (ONG) *SaferNet Brasil*, especifica que as principais vítimas em casos de divulgação não consensual de imagens íntimas são mulheres, na faixa-etária entre 15 a 29 anos. Além disso, ela diz que esse crime está relacionado a diversos fatores como desigualdade de gênero e a desumanização da mulher, que colocam o sexo feminino em papéis de objeto sexual e de submissão.

No Brasil, a região onde existe o maior índice de registros de pedidos de ajuda em casos de exposição íntima, segundo a *SaferNet*, é o Estado de São Paulo ([veja um mapa com os dados](#)). Isso não significa que as paulistanas são as que mais sofrem com o crime, já que a subnotificação desse tipo de delito é alta e existem poucos dados oficiais. Procurada pela reportagem, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), responsável pela administração das polícias em todo Estado, enviou duas longas planilhas dos anos de 2020 a 2023 informando dados extraídos do sistema de Registro Digital de Ocorrências (R.D.O) que apontam "não haver na base fornecida o tratamento metodológico necessário para qualificá-los como dados estatísticos oficiais".

Na região de Campinas, também não existem dados oficiais que informem o número de denúncias, embora os órgãos de proteção declarem receber vítimas constantemente. O Centro de Referência da Mulher em Campinas (Ceamo) alega que a exposição de fotos nua sem consentimento está entre os principais crimes virtuais sofridos pelas vítimas de violência doméstica, e, geralmente, é cometido por ex ou atuais companheiros.

Cerca de 200 casos de diferentes tipos de violência chegam às mesas das assistentes sociais e psicólogas do Ceamo por mês, além de outros, por meio de busca ativa ou procura espontânea da vítima. Todavia, na hora de formalizar a acusação, cerca de 75% não aceitam denunciar o agressor. Nas delegacias, a falta de queixas se repete e o número de boletins de ocorrência feitos à polícia é irrisório ou encoberto por uma pilha de casos de violência doméstica, onde a exposição íntima é somente mais uma das agressões sofridas pelas mulheres.

Em busca de dados, a reportagem também procurou a Delegacia de Investigações Gerais (DIG), o CyberGaecco do Ministério Público de São Paulo e as duas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) de Campinas, uma cidade com cerca de **1.138.309 habitantes**, segundo o censo IBGE de 2022. Até a publicação desta reportagem, nenhum desses órgãos forneceu números estatísticos sobre crimes virtuais contra mulheres, apenas a 2ª DDM de Campinas, responsável pela maioria dos bairros periféricos da cidade, revelou um dado, no mínimo, curioso:

"Foram registradas quatro denúncias de exposição de imagens íntimas de mulheres entre janeiro e setembro de 2023"

O número acima, o único fornecido por órgãos públicos, não reflete a realidade vista no Ceamo e no programa Guarda Amigo da Mulher (GAMA), da Guarda Municipal (GM) de Campinas. A Superintendente da GM e coordenadora do projeto, Cristina Borin, afirma que a corporação recebe vários casos de mulheres vítimas de crimes digitais – inclusive de exposição e fotomontagem de imagens íntimas –, mas que a violência sempre começa no domicílio e se estende para o virtual. Em média, cerca de 160 campaneiras são assistidas por dia pelo programa, no entanto, esse número é muito rotativo, alega Borin.

Segundo informações da GAMA, ao serem afastados judicialmente, alguns agressores criam perfis falsos e tentam descobrir sobre a vida íntima da ex-companheira. Caso eles acreditem que elas estão se abrindo para outro relacionamento, passam por cima da medida de proteção e tentam novamente se aproximar fisicamente. "Nós temos casos, também, que eles tentam reconquistá-las. E outros continuam agredindo e falando: 'você pensa que você vai se esquivar, espera, eu vou te achar, eu vou te encontrar'", revela.

É importante ressaltar que a exposição íntima pode estar entre as principais violências sofridas pela mulher na internet, mas não é a única. Além desse delito, o Ceamo e a Gama revelam que **cyberstalking** – que significa perseguição em tradução livre do inglês – e **difamação** são os outros crimes mais cometidos contra o sexo feminino que chegam nos programas de proteção contra violência doméstica.

Alguns tipos de violências cibernéticas



APAGADAS

A falta de dados sobre o número de mulheres vítimas de crimes virtuais em Campinas (SP) reflete o "apagão de dados" que a cidade sofre, apontado pela vereadora Paolla Miguel (PT), que está entre as quatro mulheres que ocupam uma das 33 cadeiras da Câmara Municipal. A parlamentar também faz parte da Comissão dos Direitos Humanos da Casa.

"A ausência de dados de política também é uma política. Então, isso dificulta com que a gente justifique a ampliação de serviços. E aí a prefeitura fica sempre ali se desviando do assunto: 'Ah, mas a gente não tem demanda, a gente não consegue justificar a demanda. Vai ampliar para quê? Por quê?', argumenta a parlamentar, destacando que tal abordagem enfraquece as redes de proteção da cidade.

Os boletins anuais do Sistema de Notificação de Violência (SISNOV) da metrópole não trazem dados sobre a violência no ambiente virtual. Apesar de divulgar os números de queixas sobre violência doméstica – como crimes contra a integridade física, mental e patrimonial –, o próprio órgão enfatiza que os dados não são um retrato da gravidade da violência contra as mulheres, uma vez que a subnotificação é um problema que afeta todo o país.

Além disso, o SISNOV considera que o afastamento das mulheres de órgãos de proteção – como escolas e unidade de saúde – pode ter corroborado para que o número de denúncias de violência doméstica tenha caído 16% em 2020 e 2021, comparado com 2019.

Quanto à violência virtual, a ausência de dados é apenas a ponta do iceberg. Já que as mulheres enfrentam a dificuldade em perceber que foram vítimas de cibercrimes. Durante a produção desta reportagem, procuramos Conselho da Mulher, Ceamo, GAMA e ocupações feministas, e, apesar de existir uma justa preocupação com a violência física, não encontramos nenhuma ação ou campanha específica para crimes ou ataques digitais contra o gênero feminino.

Segundo a psicóloga da ONG SaferNet Brasil, Bianca Orrico, a falta de educação digital pode contribuir para a subnotificação. O próprio Ceamo relata que as mulheres já têm dificuldade para denunciar a violência doméstica, e no caso da virtual pode ser ainda mais difícil. "A vítima também pode ter receio de relatar sobre uma violência. Além disso, a falta de clareza sobre como denunciar esses crimes e a percepção de que as autoridades podem não ser capazes de resolver o problema também podem desencorajar as denúncias", completa Bianca.

A vereadora Paolla Miguel (PT) destaca a carência de serviços que proporcionem à mulher a segurança necessária para realizar denúncias. "Eu acho que esse é o ponto central das coisas", enfatiza. Ela também critica o principal órgão de proteção às mulheres, o Ceamo, que opera em horário comercial de segunda a sexta e está localizado no Centro da cidade. Segundo a parlamentar, as mulheres que residem em regiões periféricas e mais afastadas enfrentam dificuldades para chegar ao local, devido ao conflito com a jornada de trabalho.



Por ser uma figura-pública, Paolla Miguel (PT) acaba sendo alvo de extremistas. A parlamentar diz sentir na pele a violência, pois recebe uma série de manifestações de ódio dentro e fora da Casa do legislativo. "O fato de eu ser mulher, negra, jovem, bissexual e de esquerda faz com que todos esses ataques cheguem meio que juntos nas redes", observa.

A vereadora nota que as ofensivas que recebe são mais violentas do que as direcionadas aos colegas homens, mesmo quando estes defendem as mesmas causas. Além das críticas serem agressivas, afirma que as críticas direcionadas à ela fora e dentro das redes têm cunho sexista. "Chega para mim é muito do tipo: 'Ah, vai lavar uma louça'. Ou perguntando se meu pai, namorado deixou estar aqui [na Câmara do Municipal]".

Em suas redes sociais, os comentários misóginos são velados e menos diretos, mas Paolla repara que ainda são discursos carregados de agressividade e ódio. "O que acontece bastante são homens que gravam áudios e me mencionam, principalmente da extrema-direita, ou então mandam mensagens no privado. E aí já tiveram pessoas que eu bloqueei por conta disso, porque eram extremamente ofensivas, agressivas, com cunho racista e machista", comenta.

Diante da falta de estrutura de segurança, ela conta que em alguns momentos se sente insegura e com medo. "Me faz muitas vezes pensar se esse espaço que eu estou ocupando na política, de tanta exposição assim, se ele é seguro, se consegue garantir a minha segurança", relata.

Online e desprotegidas

[Política de privacidade](#)





REVITIMIZADAS

Expostas Revitimizadas Perseguidas Fendas Redes de apoio

Segundo a advogada Christiany Pegorari, especialista em Direito Digital, as estruturas de atendimento funcionam até certo ponto, pois não são estabelecidas de forma suficiente e, muitas vezes, revitimizam a vítima dentro do próprio sistema que deveria acolher, orientar e ajudar. "Muitas vezes quando a mulher procura o sistema de segurança e justiça para denunciar e comunicar uma situação de violência, na busca de ajuda e acolhimento, nem sempre, ela acaba encontrando da forma que deveria e nem sempre é atendida adequadamente", conclui.

Esse cenário é visto também em Campinas (SP), declara a vereadora Paola Miguei (PT): "quem vai fazer o atendimento e receber essa denúncia não está preparado para realmente fazer uma escuta acolhedora, é uma escuta desencorajadora". A parlamentar ainda comenta que quando uma mulher vai até a uma delegacia deitar situações de exposição de imagens íntimas, por exemplo, é desencorajada a continuar com a queixa e muitas relatam que saem das instituições sem fazer a notificação.

A psicóloga Bianca Orrico, da SaferNet Brasil, indica que é fundamental que exista um cuidado para minimizar a revitimização e culpabilização durante o processo judicial. "Isso pode ser alcançado através de procedimentos judiciais sensíveis e adaptados às necessidades das vítimas". Entre as estratégias que ela sugere que sejam usadas, estão: entrevistas em ambiente seguro e acolhido; limitação do número de vezes que as vítimas precisam recontar sua história, após para evitar a intimidação ou confronto direto com o agressor e encaminhamento para serviços de assistência, para que seja possível ter todo o apoio necessário ao longo do processo.



DESAMPARADAS

Com a evolução dos usos da internet, novas formas de violência de gênero se desenvolveram. As características do ambiente virtual, como a sensação de anonimato, possibilidade de amplo alcance e replicabilidade, tornam mais favorável o cenário do crescimento da hostilidade. Apesar de existirem leis em vigência de proteção às mulheres na web, a advogada Christiany Pegorari garante que não são suficientes para evitar o cenário de agressão.

A especialista apresenta as principais legislações de defesa ao sexo feminino na internet:



Carolina Dickman

Lei 12.965/2012



Marco Civil

Lei 12.965/2014



Lola Aronovich

Lei 12.642/2018



Rose Leonel

Lei 13.772/2018

Conhecida como Lei Carolina Dickmann, criminaliza a invasão de dispositivos. A norma se inspira no caso da atriz, que teve seu computador pessoal invadido em 2011. Os criminosos divulgaram 36 fotos íntimas após ela recusar-se a ceder à extorsão.

Essa legislação estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da internet no país. Tem como objetivo garantir a liberdade, a privacidade e a neutralidade da rede, além de estabelecer regras para a responsabilidade de provedores de serviços na internet.

Conhecida como Lei Lola, a legislação atribui à Polícia Federal a investigação de conteúdos misóginos na internet. Recebeu esse nome em homenagem à ativista que, há mais de uma década, é vítima de ameaças, ofensas e calúnia constantes na internet e fora dela.

Conhecida como Lei Rose Leonel, criminaliza a captura, compartilhamento e montagens de conteúdo íntimo sem autorização. Recebeu esse nome em homenagem à jornalista, que, em 2005, foi alvo de revengeporn pelo seu ex-noivo, que divulgou fotos dela em sites.

A maioria dessas leis foram inspiradas em figuras públicas e mulheres brancas, após terem sido alvos de violência no virtual e o caso gerar grande comoção social e repercussão midiática. A advogada Christiany Pegorari alerta que, apesar de ser um avanço essas regras, existem barreiras que dificultam a sua finalidade: "Muitas vezes, a legislação, quando ela é criada, não atende às necessidades, ou porque tem uma descrição muito restritiva, ou porque tem uma descrição muito abrangente".






O que a especialista quer dizer é que quando o legislador escreve uma lei que não deixa clara qual conduta deve ser criminalizada, fica nas mãos do juiz interpretar e determinar se a ação se enquadra no tipo penal, e isso é um dos fatores que também dificulta a efetividade das legislações.

Assim, um sistema judiciário influenciado pelo machismo e o patriarcalado pode gerar falhas, já que "o juiz não é neutro. Ele tem que ser imparcial, ou seja, ele não tem interesse no resultado do processo, isso é imparcialidade, isso é uma exigência legal, mas nenhum magistrado é neutro, como nenhuma pessoa é", argumenta a professora de direito da PUC-Campinas.

Quando o magistrado faz um julgamento de uma determinada situação – ainda mais com uma legislação pouco clara –, ele vai ser motivado a partir do seus valores e isso afeta a forma como julga. "Então, se eu tenho um juiz que de alguma forma é influenciado por uma situação de machismo e patriarcalado, isso vai interferir na decisão dele", assinala a especialista.

Dessa forma, Christiany Pegorari salienta que é preciso trabalhar na mudança de cultura também dentro do Poder Judiciário, para que cada vez menos haja a influência de preconceitos nas decisões.

Outro aspecto é que grande parte das leis que tem o intuito de resguardar a segurança da mulher no ambiente virtual são desproporcionais aos danos causados. Para a advogada, penas baixas permitem ao agressor continuar praticando os crimes pois não existe um desestímulo para iniciar a prática. "Se o indivíduo é seu primário, tem bons antecedentes e outras circunstâncias que o beneficiem, certamente ele não vai pagar pena máxima e certamente não vai ficar em regime fechado, ele vai ficar em regime aberto. Então não vai ficar preso efetivamente dentro do sistema prisional", elucida Pegorari.

INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO	REGISTRO DE IMAGEM ÍNTIMA SEM AUTORIZAÇÃO	DIVULGAÇÃO DE IMAGEM ÍNTIMA SEM AUTORIZAÇÃO	CYBERSTALKING	DIFAMAÇÃO
				
Pena – reclusão de 1 a 4 anos, e multa.	Pena – reclusão de 1 ano, e multa.	Pena – reclusão de 1 a 5 anos, e multa.	Pena – reclusão de 6 meses a 2 anos, e multa.	Pena – detenção de 3 meses a 1 ano, e multa.

Essas leis são muito recentes, algumas ainda estão em tramitação no Senado, como a **Lei de Estupro Virtual**, que poderá receber a pena de reclusão de 9 anos a 15 anos, e a **Lei de Misoginia**, que a pena poderá chegar de 2 a 5 anos, e multa. Já a conduta de **sextoção** mesmo sendo considerada uma violação, ainda não existe nenhum projeto de norma que busque criminalizá-la.

Os projetos entraram em discussão porque os atos de violência contra a mulher vêm tomando proporções cada vez maiores. O índice expressivo de queixas na central de denúncia da **SaferNet Brasil** foi o de ódio e aversão ao gênero feminino. Segundo a ONG, em 2022 foram registradas mais de **193 mil** denúncias de condutas odiosas. No geral, houve um crescimento de **28,76%** nas notificações em comparação ao ano de 2021.

Os levantamentos também indicam que o discurso de ódio contra mulheres foi mais intenso em anos eleitorais. Em 2018, o número de denúncias saltou de cerca de **961** em 2017, para **16,7 mil**. Já em 2022, o número subiu para **28,6 mil**, **81%** a mais do que em 2021.

Diante dos números exorbitantes de violência e embora a Lei da Misoginia ainda não tenha sido aprovada, a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** considera atos misóginos como violações dos direitos fundamentais, pois colocam a mulher em situação de rejeição e desigualdade. Essa disparidade entre os gêneros reflete em consequências dentro e fora da internet. Bianca Orrico, psicóloga da Organização Não Governamental (ONG) **SaferNet Brasil**, explica que o sexo feminino frequentemente é alvo de assédio, ameaças, perseguição e abuso online, e que as motivações estão relacionadas com o desejo de silenciar, controlar e intimidar.

Atualmente, a única legislação em vigência de combate à misoginia e que oferece proteção legal às mulheres vítimas dessas condutas na internet, é a **Lei Lola** – criada pela deputada federal Luizianne Lins (PT-CE) – que atribui a Polícia Federal a investigação dessas práticas.

A lei foi motivada pela história de **Lola Aronovich**, feminista e professora universitária, que constantemente é alvo de grupos do que ela nomeia "mascul". Ela e seus familiares foram diversas vezes ameaçados em fóruns anônimos virtuais. Por essa razão, a ativista é uma das principais deladoras do discurso de ódio contra as mulheres.

No entanto, ainda é um desafio tornar a lei conhecida. "Agora a gente está esperando que com um governo progressista, essas leis realmente andem. E que sejam mais conhecidas da população, porque eu recebo muitos e-mails ainda de mulheres e até meninas, em pânico, morrendo de medo porque estão sendo atacadas na internet e não sabem como agir. Elas gostariam de saber como usar a Lei Lola em seu favor e a gente muitas vezes nem tem como responder isso", relata.

Essa dificuldade de percepção pode ser vista em outras leis também, conta a superintendente e coordenadora do GAMA de Campinas. "Por terem sido inseridos há pouco tempo no Código Penal, é de pouco conhecimento das mulheres que a **violência psicológica** é crime e está prevista no Código Penal e a **perseguição** também", salienta Cristina Borini.

Outro fator fundamental reforça esse cenário de agressões, é que a **legislação continua sendo encarada como a principal solução**, realça a advogada e professora da PUC-Campinas Christiany Pegorari. "Ela é um dos instrumentos, mas não resolve todos os problemas. Embora seja geralmente apontada como a principal solução, na verdade é um instrumento e quando é aplicada, é quando a situação de violência já se configurou", enfatiza.

Segundo a especialista, a produção legislativa não é o bastante para garantir que a mulher fique a salvo de situações de violência, é necessário que outras áreas trabalhem em conjunto e sejam elaboradas uma série de medidas que vão além da produção legislativa. "É preciso trabalhar aspectos relacionados à educação, políticas públicas preventivas, investimento nas estruturas de proteção às mulheres, atendimento e suporte", indica.



Grande parte das manifestações de discursos de ódio ou vazamento de imagens íntimas circulam pelas plataformas digitais, no entanto, as empresas são privadas, mas os riscos são públicos e os proprietários dessas mídias não exercem um papel ativo de moderador na remoção dos conteúdos ou bloqueio desses usuários criminosos e não possuem um suporte efetivo.

Segundo a *SaterNet Brasil* as redes sociais que mais são utilizadas para apanções dessa finalidade são: **X** (conhecido **Twitter**), que soma 13,9 mil denúncias; **TikTok**, com 7,8 mil notificações e o **Instagram**, com 3,3 mil queixas na central da ONG. E em 2022, processaram 28.679 registros anônimos de violência ou discriminação contra mulheres, abrangendo 8.734 páginas distintas. Dessas, 4.195 foram removidas.

A grande parte das violações na web passaram a ser mais expressivas diante das críticas negativas e da **negação ao politicamente correto** – termo usado para descrever ações que evitam ofender, excluir ou marginalizar pessoas. A pesquisadora do Núcleo de Estudo de Gênero FAGU/Unicamp, Iara Bielei, pontua que a queda dessa preocupação fortalece o cenário de agressões: "Existe a possibilidade de você ter discursos ainda mais violentos, por não ser responsabilizado por nada do que você fala, então isso reforça essa situação".

A ativista e professora universitária Lola Aronovich, que sofre ataques constantes desde a criação de seu blog **"Escreva Lola Escreva"**, destaca que é necessário que a Justiça regule as mídias digitais. "Então, precisa ter uma responsabilização das *big techs* para que elas sejam autuadas pelo conteúdo que é produzido e divulgado nelas; é preciso ter conscientização e educação midiática sobre o que pode e o que não pode na internet", avalia.

Para compreender os problemas que envolvem a regulamentação das redes, questionamos o matemático e cientista de dados Valdomiro Placido, que atua como Coordenador do Curso de Graduação em Ciência de Dados e Inteligência Artificial (IA) da PUC-Campinas. Ele explica que o entrave principal é definir quem será o regulador: o governo? As próprias *big techs*? Representantes da sociedade civil? Nenhum país ainda resolveu essa questão.

Apesar das redes sociais ainda não terem sido moderadas, o cientista de dados garante que existem recursos próprios de IA que permitem filtrar conteúdos impróprios e bloquear discursos de ódio. Para Placido, o problema para avançar na segurança digital não é a falta de tecnologia, mas sim a falta de vontade e determinação política para encaminhar soluções para essas questões.

No caso da exposição de imagens íntimas, por exemplo, existem algoritmos capazes de identificar facilmente a exibição pornográfica real ou sintética. "Se as redes sociais tiverem boa vontade, podem bloquear o compartilhamento de imagens sabidamente pornográficas", critica o cientista de dados, completando que a busca por uma regulação universal acaba servindo como pretexto para nada se fazer.

Mesmo existindo recursos para coibir essas condutas, não há estímulos para que as entidades coloquem em prática os recursos disponíveis, pois faturam com as manifestações odiosas, explica o especialista. "Em resumo, o *modus operandi* dos algoritmos estimula a propagação do ódio e da violência na internet, representando um grande risco para a sociedade. Se nada for feito, sofreremos cada vez mais as consequências, pois as empresas não mudarão os parâmetros desses algoritmos, uma vez que são voltadas para o lucro", conclui.

Para a atriz Claudia Campolina, criadora da *websérie* "Mundo Invertido", que já foi censurada nas redes por causa de seus vídeos de humor, as mídias não combatem o que deveriam e liberam o que deveriam combater. "Me parece muito maluco um vídeo de sátira, de ironia, declaradamente assim, de uma atriz, ser um problema para plataforma e alguém utilizar a plataforma para ameaçar de morte uma mulher, não ser um problema, ser, sei lá, liberdade de expressão", ela diz.

Atualmente, não existe em vigência uma norma que regulamenta as plataformas. Ainda está sendo discutido no Senado o Projeto de Lei nº 2630, de 2020, que estabelece a transparência, responsabilidade e o combate à desinformação aos provedores das redes sociais.

Online e desprotegidas

Política de privacidade



PERSEGUIDAS

Expostas Revitimizadas Perseguidas Feridas Redes de apoio

Conforme os direitos das mulheres e minorias avançaram, uma parcela dos homens se sentiu vitimizada e prejudicada por tais conquistas, acreditando que existe um complot feminista para dominar o mundo. Diante disso, a cientista política Bruna Camillo destaca que ao longo das últimas décadas diversos grupos começaram a se organizar motivados pelo rancor.

"É o ressentimento por não serem economicamente como gostariam, porque é culpa das mulheres, porque elas são interesseiras. Eles estão ali, abaixo do seu bem estar, porque a mulher ocupou a vaga no mercado de trabalho, porque a mulher não o quis ativamente, então ele foi renegado", diz ela.

Em meados das décadas de 1970-1980, esses homens começaram a ocupar o ambiente online, em fóruns anônimos, com o intuito de defender os direitos dos homens (brancos) perante os progressos dos direitos de minorias. A partir disso, surgiram subculturas masculinistas, como: **RedPill**, **Alpha**, **Incel**, **PickupArtists**, **Mgtow** e **Sigma**, entre outras.

Essas correntes tomaram força, passando a alcançar de maneira rápida e massificada um número maior de homens, com a difusão da internet na vida das pessoas. A cientista política sinaliza que, se na década de 1970 os chamados "mascus" precisavam escrever livros ou debater suas pautas misóginas em fóruns pouco conhecidos, hoje os coaches de masculinidade reúnem milhões de acessos nas redes sociais com vídeos curtos com falas como: "sexo é extremamente fácil e barato hoje em dia graças ao feminismo".

A psicóloga Tatiana Wandekoken, pesquisadora sobre masculinismo, explica que "existe uma hierarquia que é colocada dentro desses próprios grupos". Além disso, apesar de seguirem ideologias diferentes, todos têm um único ideal: resgatar a virilidade e voltar para o topo da "cadeia alimentar".

Entenda as diferenças entre os grupos

<p>RedPill</p>  <p>Os RedPill acreditam que o mundo é dominado por mulheres, e ao tomar a pílula vermelha - referência ao filme "Matrix" - despertam dessa realidade.</p>	<p>Alpha</p>  <p>Os Alphas se colocam como superiores biologicamente às mulheres e outros homens, considerados "betas". Eles gostam de se exibir.</p>
<p>Incel</p>  <p>Os Incel são celibatários involuntários que culpam as mulheres por não conseguirem estabelecer relacionamentos casuais ou românticos.</p>	<p>PickupArtists</p>  <p>Os PickupArtists se consideram artistas de sedução, vendem cursos e ensinam outros homens a conquistar mulheres - no geral, reproduzindo falas sexistas.</p>
<p>Mgtow</p>  <p>Os Mgtow não aceitam se relacionar amorosamente e tratam as mulheres como objetos unicamente sexuais.</p>	<p>Sigma</p>  <p>Os Sigma se consideram altamente independentes e auto-suficientes. Não dependem da opinião dos outros, sabem quem são e como alcançar o sucesso.</p>

Apesar das semelhanças, a pesquisadora Tatiana Wandekoken frisa que há uma disparidade complexa entre os grupos. "Não dá para colocar todas essas masculinidades no mesmo saco e tentar entender como elas operam. É preciso entrar individualmente nesses subgrupos para tentar compreender a motivação de cada movimento específico", pondera a especialista.

Acompanhando o crescimento desses grupos, a organização *American Southern Poverty Law Centre (SPLC)*, referência em monitoramento de movimento extremistas, definiu os grupos masculinistas como uma "supremacia masculina de ideologia odiosa enraizada na crença na superioridade inata dos homens cisgênero e no seu direito de subjugar mulheres, homens trans e pessoas não binárias".

Apesar dos órgãos de proteção definirem os atos agressivos como crimes, alguns dos integrantes desses movimentos não se consideram misóginos ou aceitam ser definidos como masculinistas, enfatiza a cientista política. "Na verdade eles, eles não são criminosos, não são contra a lei, não estão indo contra a vida das mulheres. Muito pelo contrário, as mulheres que vão contra as vidas deles", ressaltou Camillo.

Por outro lado, a cientista política Bruna Camillo reitera que os conteúdos podem ser de fato considerados misóginos e fazem parte de um "guarda-chuva" de violência de gênero, que pode se materializar na morte da mulher. "Então, se a gente fala de misoginia, a gente fala do completo ódio contra as mulheres. A gente fala de feminicídio, a gente fala de violência doméstica, a gente fala de tudo isso que pode, de fato, atravessar a vida da mulher de forma letal", sublinha.

A mercantilização da misoginia



ABOMINADAS

Para analisar como esses extremistas agem, em 2022, a pesquisadora Bruna Camillo se infiltrou em grupos no Telegram, que não têm representante legal no Brasil, tornando o ambiente mais atraente às comunidades masculinistas. Durante o monitoramento, ela observou que as mulheres de direita também não eram poupadas do discurso de ódio e eram definidas como "conservadoras".

A especialista conta que, apesar do uso da expressão para se referir às conservadoras de direita tê-la surpreendido, um jogo perverso entre os integrantes dos grupos chamou mais atenção. O diálogo consistia em procurar feministas de esquerda em aplicativos de relacionamento, se envolver com elas e, durante o ato sexual, gritar: "Bolssonaro!".

"Se quando eu li conservadoras foi algo assustador, quando eu vi esse experimento deles em aplicativos de relacionamento, eu achei isso aterrorizante", confessa Bruna Camillo, preocupada com a segurança das vítimas.

O perfil desses homens é parecido: tanto as especialistas, quanto vítimas, constatarem que são cisgênero (se identifica com o gênero que nasceu), brancos e de extrema-direita. A pesquisadora relata que não viu nenhum que sinalizasse nem mesmo ao centro político e reitera: "eu não reconheço masculinista de esquerda. Não que homens da esquerda não sejam misóginos e machistas, mas não masculinistas".

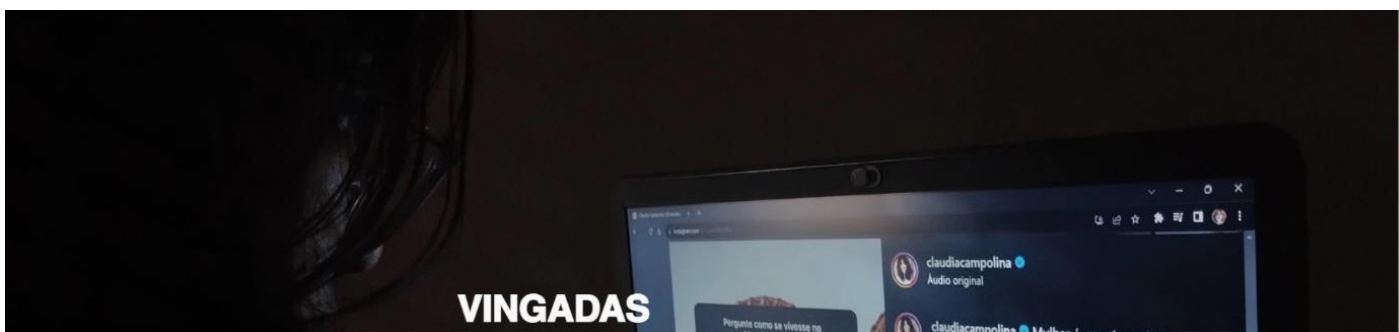
Assim como a manifestação, a extrema-direita é movida pelo ressentimento do avanço dos direitos das minorias, sublinha a especialista. Eles bebem da mesma fonte ideológica e parte deles acreditam ter "sangue puro ariano", mesmo o Brasil sendo latino e miscigenado. Bruna Camillo entrevistou a falecida Adriana Dias, conhecida como a caçadora de nazista no país, que confirmou esse cenário de nazificação: "ela me falou, a Lola concordou, e a Michelle Prado também reafirmou que todo nazista é masculinista e todo masculinista está sendo nazificado".

Embora o ataque seja mais violento contra as mulheres que se enquadram em outras minorias, como negras ou indígenas, pode-se perceber discursos violentos contra até mesmo às que assumem o papel de submissas. A psicóloga Tatiana Wandekoken alega que isso pode ser visto na atual lógica de valor sexual de mercado feminino falada pelos masculinistas, na qual algumas são taxadas como adequadas para casar e outras não. No final das contas, a especialista relata que ambas são tratadas de forma objetificada, independentemente de qual lugar ocupe.

Além do conteúdo de ódio e aversão ao sexo oposto, esses homens também atacam outras minorias. "Eles são sempre machistas, racistas, LGBTQIA+ fóbicos, transfóbicos, capacitistas, estaristas, gordofóbicos, tudo o que você puder imaginar de preconceito eles têm", revela Lola Aronovich, que é alvo de ataques há anos por ter um blog feminista.

A psicóloga Tatiana Wandekoken adverte que, diante das manifestações violentas, é importante que o país repense as formas de proteção às minorias. "A maneira com que a sociedade está se organizando enquanto instituição política e estatal para não permitir que esse discurso se proliferar de forma que eles estão se proliferando nos últimos anos e nas últimas décadas", diz.

Podcast: Furando a bolha



Brincar com as ideologias de gênero, sobre o que é papel de menino e o que é papel de menina não é uma coisa nova. No cinema, por exemplo, há uma lista enorme de tramas que abordam o tema e, geralmente, usam o humor para tocar em problemas sensíveis. Seguindo nessa onda, a atriz Claudia Campolina criou a série online "Mundo Invertido", onde vive uma personagem que prega a supremacia da mulher em relação ao homem.

Claudia conta que a ideia surgiu após passar em frente a um boteco e imaginar um filme onde mulheres assumissem aquele papel e tratassem o sexo oposto como são tratadas. "Enfio eu peguei frases muito clichês, as mais básicas possíveis, que a gente ouve praticamente desde que a gente nasce, como: techa essas pernas, moonha; Mulher não pode falar palavrão... e inverti tudo isso", declara.

Logo após as primeiras postagens, os vídeos viralizaram e atraíram seguidores que se divertiram com a brincadeira. Em suas redes sociais, as mulheres se comportam como se habitassem o mundo invertido, onde são elas que fazem o papel dos homens machistas. "Eu costumo dizer que é o inferno dos machistas. E a gente está sempre se comportando como verdadeiras mulheres que eu chamo de feministas, que é o oposto do machista e não a feminista, como querem dizer, de uma forma muito opositora, muito violenta, muito orgulhosa dos seus preconceitos", descreve.

Por outro lado, há internautas que se sentem atacadas, relata a atriz: "Não é que não apareça nenhum *hater*, pode aparecer, mas é infinitamente menor em número do que quando eu falo que o cara é calvo ou brocha, ou com a bengala gasta, porque você pode ludo, menos falar do pênis, então você tem uma tenda aí", expõe Claudia, ressaltando o problema da sociedade estar centrada num órgão masculino que nem ele tem controle sobre ele.

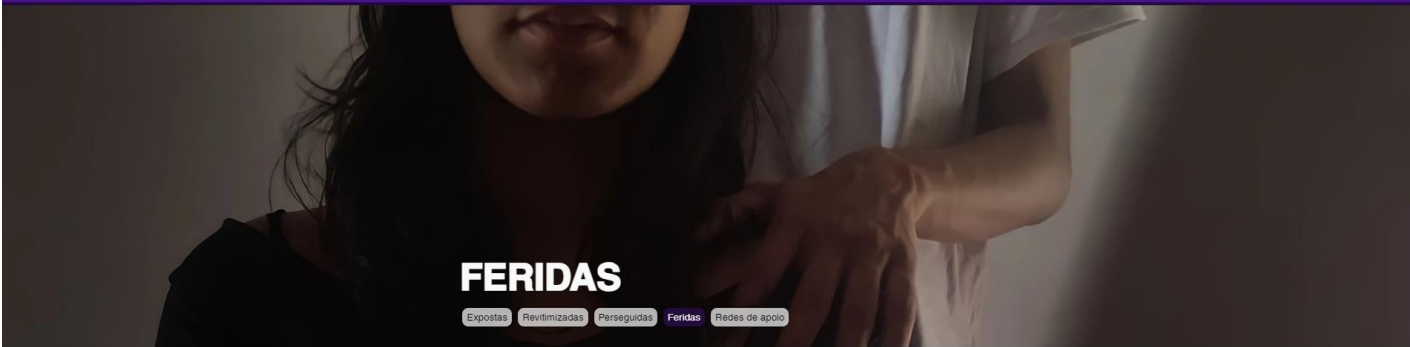
"O intuito é realmente tocar na ferida", assume a atriz. Embora o objetivo seja fazer as mulheres se divertirem e aliviar a tensão de viver num mundo patriarcal e machista, Claudia explica que também é uma forma de fazer as pessoas entenderem que o machismo ainda é muito presente e "brincar de vingança".

A artista revela que não sente medo, apesar dos ataques constantes. Todavia, ela diz que tem consciência do perigo que corre: "Eu sei que eu posso estar correndo algum risco e isso acho que é o preço que eu pago por tocar num tema tão sensível da maneira que eu toco".

[Online e desprotegidas](#)

[Política de privacidade](#)





FERIDAS

Expostas Revitimizadas Perseguidas Feridas Redes de apoio

Diante das penas baixas nos casos de cibercrimes contra as mulheres e da escassez de estatísticas públicas, pode-se concluir erroneamente que os danos causados às vítimas no virtual são inferiores aos decorrentes de agressões físicas. Contudo, a psicóloga da *SafeNet Brasil*, Bianca Orrico, destaca uma série de consequências que têm o potencial de impactar profundamente não apenas a vida da mulher, mas também daqueles que a rodeiam.

"Elas sofrem traumas psicológicos, como transtorno de estresse pós-traumático, que pode ter efeitos negativos e podem gerar outros problemas de saúde. Além da depressão, ansiedade, distúrbios do sono, sentimentos de desamparo e culpa", sinaliza a psicóloga. Ainda, pode prejudicar a capacidade de realizar atividades diárias, como: trabalhar, estudar, ter relacionamentos saudáveis e até mesmo cuidar de si.

No caso da exposição de imagens de nudez, por exemplo, as vítimas chegam muito envergonhadas à Sala Lilás, revela a superintendente da GM de Campinas, Cristina Borin. "Os agressores usam o conteúdo para fazer chantagem. E, muitas vezes, pela vergonha elas se submetem à situação imposta", conta. Isso porque é difícil romper o ciclo da violência – onde se repetem sucessivamente as agressões físicas e psicológicas, seguidas de períodos de reconciliação e afeto, para então retornar ao um próximo episódio de hostilidade.



Existem vários motivos que dificultam que a mulher consiga quebrar o ciclo de violência. Anna Christina Bentes, coordenadora do Núcleo de Estudo de Gênero PIAU, esclarece que os fatores estão relacionados com questões socioeconômicas e as estruturas de dominação que é fundamental para a manutenção da brutalidade. Ela pontua que essa configuração incorporada é muito difícil de ser questionada e são reforçadas simbolicamente, por meio de músicas, cinema, histórias, convenções sociais e outros.

A superintendente Cristina Borin, sublinha que as mulheres que rompem o ciclo de violência, acabam expostas pelos ex-companheiros, caem num cenário delicado, dificultando o acolhimento e exigindo um grande empenho no processo de recuperação. A advogada Christiany Pegorari assinala que um dos fatores que agravam a situação é que, mesmo após a vítima recorrer a medidas judiciais para conseguir remover o conteúdo online, não significa que mais tarde ela não possa voltar a ser exposta novamente por outros usuários que tenham salvado suas fotos.

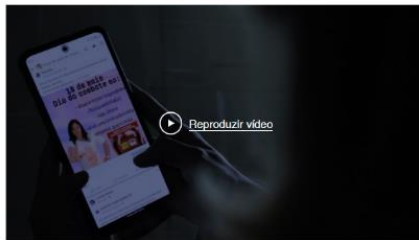
"A repercussão é muito maior para a vítima mulher do compartilhamento de uma cena de nudez. Toda repercussão, replicabilidade, alcance e permanência na rede geram impactos no âmbito social, familiar e profissional", alerta a especialista em Direito Digital, destacando que isso ocorre devido à cultura patriarcal da sociedade brasileira, onde a moral feminina é frequentemente ligada à sexualidade.

As mulheres que têm a possibilidade, às vezes, decidem sair da cidade, estado ou, até mesmo do país, após um episódio de violência, para escapar da repressão social e dos riscos à vida – já que a maioria dos feminicídios acontecem após término. A Guarda Municipal de Campinas (SP) alega que essa fuga justifica o número tão rotativo de vítimas assistidas pelo programa Guarda Amigo da Mulher (GAMA).

"Então você fica morto em vida, porque você tem que sair do lugar onde você sempre esteve e transferir toda a suas relações sociais para outro país. E como a internet é uma rede mundial, a vítima pode ser rastreada, inclusive fora do país, então é muito violento", alerta Iara Beilei, pesquisadora do Núcleo de Estudo de Gênero PIAU/Unicamp.

Diante das situações impostas a elas, a psicóloga da *SafeNet Brasil* explica que, por vergonha ou medo, muitas vítimas se isolam de amigos e familiares e enfrentam uma série de consequências que as prejudicam na recuperação do trauma. "Além do medo de interagir online novamente, em algumas situações podem ter dificuldades de autoestima e problemas para conseguir estabelecer vínculos de confiança com outras pessoas".

Do real ao virtual: a relação da violência doméstica com as agressões na web





Como se proteger na rede?

A psicóloga da SaferNet Brasil, Bianca Orrico, enfatiza algumas dicas fundamentais para navegar na internet com segurança e diminuir as chances de ser vítima de cibercrimes:

- Usar aplicativos de mensagens seguros que oferecem criptografia de ponta a ponta pode ajudar a proteger suas conversas e mídias compartilhadas;
- Sempre manter os dispositivos protegidos por senhas, e que sejam senhas seguras, que não seja igual para todos os serviços que utiliza;
- Utilizar a autenticação de dois fatores em todos os serviços de uso;
- Evite usar redes Wi-Fi públicas;
- Certifique-se de que seu sistema operacional, navegadores, programas antivírus e outras ferramentas estejam sempre atualizados, pois isso ajuda a prevenir vulnerabilidades conhecidas.

Se você já estiver em um cenário de violência na internet, mantenha a calma, tire prints e colete provas, não revide e procure ajuda. A seguir, estão alguns locais que podem te orientar e, na sequência, órgãos que podem ajudar num processo judicial:

Instituições especializadas no enfrentamento a violência virtual:

Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos

Serviço oferecido pela Polícia Federal do Brasil para ...

Saiba mais

CyberGaeco

Divisão do Ministério Público especializado em atender ...

Saiba mais

SaferNet Brasil

É uma organização não governamental brasileira, que atua ...

Saiba mais

Maria da ajuda

A primeira rede de acolhimento feita por mulheres feminist...

Saiba mais

Stop Non-Consensual Intimate Image Abuse

Ferramenta global gratuita que protege imagens íntimas n...

Saiba mais

Órgãos que atendem mulheres vítimas de violência em Campinas:

1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)

Delegacia especializada no atendimento de mulheres. ...

[Saiba mais](#)

2ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)

Delegacia especializada no atendimento de mulheres. ...

[Saiba mais](#)

Guarda Amigo da Mulher (GAMA) e Sala Liliá

Programas de acolhimento de mulheres em situação de ...

[Saiba mais](#)

Centro de Referência e Apoio à Mulher (Ceamo)

Espaço destinado à acolher e prestar atendimento ...

[Saiba mais](#)

Casa Laudelina de Campos Mello - Organização da Mulher Negra

Espaço recebe e acolhe mulheres vítimas de violência...

[Saiba mais](#)

Ocupação de Mulheres "Maria Lúcia Petit Vivo!"

Espaço que recebe e acolhe mulheres vítimas de violência...

[Saiba mais](#)

Online e desprotegidas

[Política de privacidade](#)



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta é uma reportagem do projeto experimental da PUC-Campinas, produzido por alunos de jornalismo. Todos os materiais nesta notícia ou transferidos, incluindo, sem limitação, imagens, textos, gráficos, fotografias, áudio, vídeos e todos os Direitos de Propriedade intelectual relacionados a eles são propriedade exclusiva do site [Online e desprotegidas](#). Nada nestes Termos deverá ser considerado como uma licença em ou sob tais Direitos de Propriedade Intelectual, e você concorda em não vender, licenciar, alugar, modificar, distribuir, copiar, reproduzir, transmitir, exibir publicamente, realizar publicamente, publicar, adaptar, editar ou criar trabalhos derivados.

[Voltar à página inicial](#)

